

Os problemas da Saúde

JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI (*)

Na esteira dos surtos de reivindicação dos últimos três meses, coincidindo, muito logicamente, com os primeiros passos do novo governo e com o destampar da "panela de pressão" social, multiplicaram-se em todo o País os movimentos de paralisação dos setores de Saúde.

Parece claro que, a exemplo da maioria dos trabalhadores brasileiros, os profissionais da Saúde são mal remunerados. O caráter altamente social de sua atuação recomenda mesmo que se lhes dispense, nesse aspecto, um tratamento especial. Isso porque, como acontece em qualquer parte do mundo, se trata de funcionários especiais e a primeira implicação disso é que eles próprios estejam conscientes desse fato.

Não parecem estar, pelo menos por aqui. Sabe-se que só no Hospital de Clínicas de São Paulo, nos últimos dez dias, cerca de 15 mil pacientes deixaram de ser atendidos. Está nos jornais. Os grevistas falam em paralisação semitotal, com manutenção do atendimento de emergência. O leigo pode crer nessa falácia ética, mas não os trabalhadores de Saúde, e muito menos os 15 mil doentes que voltaram para casa.

Em geral acontece que os "filtros" dos comandos de greve se recusam a considerar como de emergência toda e qualquer doença que não apresente sintomas alarmantes ou externos. Acontece também de essas doenças serem não raro muito mais graves que aquelas consideradas de emergência. Doenças degenerativas, por exemplo, como o câncer ou as infecções, podem chegar rapidamente a um grau de incurabilidade caso não sejam diagnosticadas no momento certo. Problemas como a desidratação e certas doenças infecciosas ligadas à desnutrição infantil, passíveis de serem curadas com facilidade se tratadas prontamente, podem, se postergado seu diagnóstico, alcançar os limites da irreversibilidade e da morte.

Também a interrupção de certos tratamentos costumeiramente não considerados de emergência, como a quimioterapia para os doentes crônicos, entre outros, transferirá o paciente de uma possibilidade de cura para a probabilidade da morte. Tudo isso, em pouco tempo, é capaz de levar a um número de óbitos talvez superior ao dos últimos desastres aéreos, que tanto espaço e dramaticidade ganharam na imprensa mundial.

Esse quadro se agrava quando sabemos que, em megalópolis como São Paulo e Rio, o deslocamento de um paciente até o hospital implica em horas e horas de cansativa viagem, desconforto, fome, maus-tratos, exaustão e uma longa e às vezes inútil espera. Claro que, após tudo isso, e diante da frustração de não ter sido atendido, o combatido doente poderá muito bem ser intimamente compelido a mandar o tratamento às favas.

O argumento de que esses pacientes poderiam ser deslocados para outros hospitais ou setores de atendimento tampouco pode ser levado a sério. São remotas as possibilidades de deslocamento em tempo hábil e ingênua a suposição de que outras instituições possam abrir suas portas tão facilmente a ondas de pacientes que sequer trazem consigo um histórico clínico.

Todos os profissionais de Saúde deveriam saber que, ao fazer sua opção pela medicina ou pela enfermagem, estavam também renunciando a algumas vantagens de sua cidadania, entre elas a de fazer greve pela mesma cartilha dos ferroviários, dos operários de uma fábrica ou dos trabalhadores de uma construtora. Se se faz greve em nome da justiça social e de melhores condições de vida e de trabalho, não há aí coerência nem legitimidade quando se despreza, ao mesmo tempo, a saúde, o bem-estar e a vida daqueles que exatamente dependem do nosso trabalho.

Essa tremenda inconsistência ética destrói e desqualifica toda a motivação moral de um movimento como esse, ainda que os baixos salários, as más condições de trabalho e as longas horas de dedicação de cada profissional da Saúde despertem em nós os melhores sentimentos de solidariedade.

Finalmente, é de se perguntar se, a nível dos dirigentes do setor, as questões de saúde não estão sendo tratadas como instrumentos administrativos quaisquer, sem merecer a devida atenção para com sua própria saúde orgânica e suas insatisfações próprias (muitas vezes justas), dessas que favorecem os avanços do basismo demagógico e terminam por lhe dar força e fumaças de razão. Então não há medidas preventivas capazes de evitar que o caudal de reivindicações deságue inevitavelmente em greve? E não se chegará nunca ao ponto em que, conferida eficiência aos serviços de saúde e ampliada sua importância social, a própria população impeça que greves como essas sejam possíveis?

* (José Aristodemo Pinotti é médico e reitor da Universidade Estadual de Campinas Unicamp).